

EPISTEMOLOGIA, DISCURSO E NOTÍCIA

possíveis aproximações entre as análises de discursos e a pesquisa em jornalismo

Copyright © 2010
SBPJor / Sociedade
Brasileira de Pesquisa
em Jornalismo

KLEBER MENDONÇA
Universidade Federal Fluminense

RESUMO

Os dias de hoje exigem um esforço metodológico para a construção de mecanismos teóricos que permitam entender a complexidade do papel do jornalismo no contemporâneo. Diante disso, o presente artigo parte da análise da relação entre jornalismo e estratégias de visibilidade pública de atores sociais para defender a inversão do olhar analítico, tradicionalmente presente nas análises de discurso voltadas a pensar a produção das notícias. Ao propor o conceito de ruína discursiva, o artigo defende que as estratégias de visibilidade midiática de movimentos contestadores são também produtoras dos textos informativos. Com isso, o pesquisador pode explicitar gestos discursivos de ruína das ações contestadoras que são, também, ruína da transparência (e da objetividade) da linguagem jornalística. Assim, se o analista for capaz de superar as simples denúncias de direcionamentos de sentido, poderá contribuir, efetivamente, para pensar, de modo mais complexo, o jornalismo e seus efeitos discursivos de verdade.

Palavras-chave: Estudos de Jornalismo. Análise do Discurso. MST. Ruína Discursiva.

APRESENTAÇÃO

Muito se debate, nos dias de hoje, a necessidade de construção de paradigmas que possam permitir uma análise mais precisa do fenômeno do jornalismo contemporâneo. Especialmente em tempos de transformações econômicas, profissionais e materiais, provocadas, sobretudo, pelas novas possibilidades de troca, interação e compartilhamento de conteúdos informativos. De fato, novas tecnologias, novos produtos delas decorrentes e novas combinações profissionais fazem embaralhar lugares antes definidos como fixos no fazer jornalístico, na pesquisa e no ensino da profissão.

Com tais mutações, categorias há pouco capazes de definir o fenômeno da comunicação - calcadas em oposições claras como emissão/recepção ou enunciadador/enunciatário, por exemplo - mostram-

se gradativamente menos explicativas. Com isso, nos deparamos com a necessidade de traçar novas possibilidades de entendimento do jornalismo para evitarmos, por um lado, o risco de não sermos capazes de definir a especificidade de nossa atuação teórica e profissional, e de outro, a armadilha de julgar as novidades comunicacionais como “emancipação” total dos atores sociais, convertidos em “produtores” de conteúdos, cuja qualidade, independência e impacto nas audiências seriam equivalentes aos produzidos pelos “veículos tradicionais”.

Assim, o presente artigo estabelece um recorte que, embora específico, oferece elementos de diálogo para este debate. Propõe-se uma analogia que buscará pensar um desdobramento do fenômeno atual de embaralhamento de posições, embora em escala menor: a inversão do “olhar crítico” das análises de discurso nos estudos do jornalismo. Defende-se, aqui, que a reflexão proposta a partir do caso específico das análises de discurso pode contribuir, de uma forma genérica, no âmbito da pesquisa em jornalismo como um todo.

O mesmo fenômeno de embaralhamento de fronteiras impacta também as análises de discurso², no que defino como uma espécie de perda de potência crítica. Na medida em que os conteúdos veiculados pelos meios de comunicação tradicionais “transbordam” para outros espaços, também comunicacionais (e, portanto, informativos), as tradicionais denúncias dos efeitos de sentido produzidos pelos “emissores” perdem força diante da constatação de que, de fato, os conteúdos serão explicitamente negociados em outros veículos por outros atores, não mais apenas “receptores”.

No jornalismo - ciência e ocupação profissional - não se trata da “superação” das análises de discurso como modo de pensar o fenômeno comunicacional. Pelo contrário, cabe enfrentarmos a necessidade de reconfigurações teórico-metodológicas que contribuam para entender os novos arranjos das relações de poder em seus múltiplos confrontos por nomear acontecimentos como verdades. Em resumo, cabe efetuar análises de discurso que levem em conta o caráter sempre interacional do processo de “efeito de sentidos entre interlocutores” (PÊCHEUX, 1997a) no momento em que os objetos a serem analisados não se limitam aos conteúdos veiculados, pois abarcam, também, os contextos de debate (não apenas de recepção) em que as mediações, como definidas por Martin-Barbero (1997) possam ficar explícitas.

Esta reflexão se norteia, portanto, pela proposta de uma analogia entre uma crise epistemológica *macro* (os limites e fronteiras da Comunicação e do Jornalismo como campo de conhecimento) e um impasse analítico

micro: o enfraquecimento da potência crítica das análises de efeitos de sentido dos produtos midiáticos tradicionais. Na medida em que as causas da crise *macro* são as mesmas que evidenciam a crise *micro*, talvez algumas soluções propostas aqui de modo específico possam colaborar, mais adiante, para estratégias de caminhadas de modo mais amplo.

Invertendo o olhar analítico

Em tese de doutoramento que analisava a relação entre as estratégias de visibilidade midiática do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o tratamento jornalístico dado pelos veículos impressos a esses acontecimentos (MENDONÇA, 2007), deparei-me com uma armadilha metodológica: efetuar uma análise “crítica” das reportagens, apontando os elementos discursivos que “criminalizavam” o MST. Esse tipo de olhar, muito presente nas tradicionais análises do movimento, trazia um problema estrutural: vilanizar os meios de comunicação e transformar o MST em vítima passiva dos relatos jornalísticos.

A metodologia política do movimento, no entanto, inviabilizava tal conclusão, uma vez que se trata de uma organização cujas ações de visibilidade são amplamente debatidas por seus integrantes, fazem parte de uma estratégia voluntária de tomada de posição e se constituem em exemplo do grau de consciência do MST acerca da forma como o embate político contemporâneo passa por uma espécie de existência discursiva, obtida pela ocupação do espaço informativo produzido pelos meios de comunicação. Dessa maneira, efetuar uma análise que vitimizaria o MST seria não levar em conta sua capacidade política ativa.

Berger (1998) aponta a relação entre o campo jornalístico e o MST como ao mesmo tempo conflitante, ambígua e simbiótica. A autora percebe como as ações do movimento em busca de visibilidade atendem a uma demanda jornalística, pautada por uma série de rotinas produtivas e por critérios de julgamentos que permitiriam ao jornalista decidir quais fatores tornariam um acontecimento noticiável.

Ao buscarmos um tratamento analítico que percebesse o MST como sujeito ativo – no campo político e no discurso – foi necessário inverter o olhar sobre essa ambígua relação conflituosa estabelecida entre o movimento social e a imprensa. Com isso, ficou evidente a necessidade de, ao invés de apontar direcionamentos de sentido ocultos à primeira vista, perceber de que maneira tais direcionamentos seriam provocados, na carne do texto, pela ação política da “fonte” MST.

Diante desta opção metodológica – que aqui defendemos como instrumento capaz de permitir às análises de discurso a complexificação

dos processos contemporâneos de produção de sentido – os textos, a diagramação, as fotos, as condições de produção e demais elementos que compõem o discurso de um determinado veículo de comunicação devem ser percebidos como (desde sempre) produto do confronto entre instância jornalística e os personagens retratados nas reportagens.

Cabe, portanto, ao analista, não apenas evidenciar padrões discursivos da cobertura desenvolvida pelos veículos, mas também ponderar se seria possível, para um movimento social, tornar-se sujeito ativo de suas ações políticas e do relato jornalístico. Para isso, é preciso considerar que o gesto político de busca por visibilidade midiática (como as ocupações de terra) deixa marcas discursivas, na materialidade do texto jornalístico, que possibilitam a evidência de tomadas de posição (interpretativas), pela imprensa, diante dos acontecimentos.

Tal articulação permite, como efeito visível, a produção de vestígios, de fragmentos do trabalho de direcionamento de sentidos. Assim, as análises discursivas defendidas aqui teriam a capacidade de evidenciar as estratégias políticas dos atores sociais capazes de obrigar a instância jornalística à materialização dos gestos de produção do “efeito de verdade” da notícia. Deve-se enfatizar, assim, como tal tomada de posição é fruto da resposta jornalística a uma ação ativa, consciente ou não, de atores sociais específicos com objetivos definidos.

Com isso, em vez de meramente vilanizar a imprensa, denunciando relatos “injustos”, podemos complexificar esse confronto discursivo. O MST apresenta uma dupla capacidade política: a de produzir acontecimentos que se converterão em conteúdo noticioso, bem como a de desencadear processos de ruptura de sentidos que forçarão os veículos de comunicação (e alguns outros setores da sociedade) a se mobilizar para reassentar esses sentidos até então tomados como naturais.

A ação sem-terra é capaz de provocar a ruptura dos valores e sentidos naturalizados hegemonicamente pela imprensa, ao permitir a passagem desses para outros, não mais “evidentes”, já que violentamente confrontados. O que ficará notório é o gesto de “tornar naturais” os enunciados. Ao evidenciar esse processo, poderemos perceber a historicidade destes como os produtos discursivos que são.

Para entender a complexidade presente tanto na ação sem-terra quanto no trabalho de resposta do campo jornalístico foi preciso, naquele trabalho (MENDONÇA, 2007), estabelecer um amplo aporte teórico-metodológico que permitisse aproximar alguns aspectos oriundos de várias disciplinas, como Geografia, Antropologia, História, Ciência Política, Filosofia, Linguística, de modo a fazê-las dialogar com os Estudos do Jornalismo.

Tal transdisciplinaridade permitiu entender como o MST realizava, a partir da metodologia de ocupação de terras, uma ocupação midiática que envolvia múltiplos aspectos. De modo resumido, defendemos, no referido trabalho, que tal ocupação estabelecia uma relação entre o espaço geográfico e o espaço informativo, de modo a transformar a ocupação em um lugar de memória clandestina (NORA, 1993; POLLAK, 1989) no qual se daria uma reconfiguração discursiva dos sentidos de propriedade capitalista, da história (o debate sobre a Lei de Terras) e da verdade jornalística. Neste espaço, simultaneamente de pedagogia e enfrentamento discursivo, se realizava um processo de construção de identidades (CALDART, 2004) ao mesmo tempo em que se evidenciava um entendimento, por parte dos sem-terra, das estratégias de julgamento jornalístico, o que permitia a adequação da visibilidade sem-terra às páginas dos jornais (BERGER, 1998).

Esta construção metodológica permitiu concluirmos que o gesto político da imprensa de devolver os sentidos para seu estado anterior (de naturalidade evidente) não é invisível: as marcas desse “trabalho” (no sentido marxista) permanecerão nos arquivos da cobertura. Assim, o foco principal das análises do discurso jornalístico aqui defendidas não reside na interpretação dos gestos de deslocamento de sentidos, mas em explicitar o mérito político dos atores capazes de provocar, na imprensa, reagrupamentos dos sentidos. Estratégia que garante mais do que visibilidade: a evidência da tática política de buscar inscrição a partir da ruptura temporária dos sentidos hegemônicos, mesmo que essa leve à (des)legitimação política.

Tal constatação levou à formulação de um conceito que pudesse dar conta da competência discursiva de atores capazes de provocar, com a própria ruína de sua estratégia de visibilidade, a ruína da ilusão de transparência do discurso jornalístico. Assim, elegemos como instante prioritário da análise discursiva, não mais a busca pelas evidências de fraqueza retórica da objetividade jornalística, mas os instrumentos capazes de fazer com que esse mito caia por terra no momento mesmo em que o trabalho de dissimulação de seu engendramento é levado a cabo. A essa ambígua possibilidade política de se construir discursivamente a partir da própria destruição textual, propomos o conceito de *ruína discursiva*.

A Ruína Discursiva como instrumento político

Para afastar a possibilidade de interpretação do gesto político descrito acima como mero suicídio será necessário estabelecer uma breve genealogia dos usos da ruína como categoria de pensamento. Pretende-se,

também, exemplificar o caráter múltiplo da metodologia adotada para a construção do referido conceito. Assim, entenderemos tais ações políticas (e o conceito proposto) como uma potência cujo nihilismo evidente estará longe de ser uma “entrega” negativa e voluntária ao destino trágico, mas uma resposta criativa de re-invenção discursiva de si.

A presença da ruína como categoria estética nas produções artísticas é tão antiga quanto seu uso como metáfora no pensamento ocidental. Entre o dionisiaco e o apolíneo das tragédias gregas e as rupturas alegóricas do drama Barroco, do resgate pitoresco da arquitetura gótica ao amor impossível do romantismo, da música “monumental” de Wagner, inspirada pelo pessimismo de Schopenhauer, ao decadentismo dândi de Oscar Wilde, do neogótico, com sua nostalgia de castelos, ao romance popular grotesco, a figura da ruína assumiu, ao longo da história das artes e do pensamento ocidental, diversas funções. Seja metaforizando o destino trágico e inevitável de toda existência, representando a vingança triunfante da natureza diante da arrogância (e inutilidade) do conhecimento humano, ou estabelecendo as fundações para um novo e radiante começo diante da constatação concreta de seu estertor, a ruína - este múltiplo amontoado caótico de fragmentos de significados - é sempre uma imagem sedutora.

Em que pese a importância e a recorrência do simbolismo da ruína na produção ocidental, não são tantos os teóricos que fizeram dela seu objeto de pesquisa. Não por acaso, uma das mais brilhantes exceções a esta regra é o pensamento do alemão Georg Simmel. Ainda no final do séc. XIX, dominado pelo pessimismo decadentista de seu tempo, esse sociólogo, cuja importância acadêmica foi em geral ofuscada pelas contribuições de Weber e Durkheim, elaborou um interessante ensaio sobre as possibilidades interpretativas da ruína.

O objetivo metafísico de Simmel, na verdade, era o de traçar um paralelo entre a ruína e a condição humana. Deixando de lado sua defesa romântica da queda e sua busca pela essência do espírito, propomos a apropriação de alguns vislumbres que podem ajudar a dar conta das potências existentes no *acontecimento-ruína*.

O autor situa o movimento artístico como luta constante entre espírito e natureza; entre a alma que aspira à elevação e a gravidade que a atrai ao chão. Para ele, entre todas as artes, será apenas na arquitetura que tal embate encontrará paz, já que cabe à arquitetura a função de moldar elementos da natureza, preservando algo de sua “essência” e apaziguando, na construção, a busca pela ascensão e o desejo da queda.

Esta paz entre as necessidades da matéria e a liberdade do espírito,

no entanto, é temporária. No momento em que o edifício começa a ruir, as forças da natureza invertem o predomínio da ação humana. Para Simmel (1998, pp. 137-8), “este deslocamento torna-se uma tragicidade cósmica que [...] leva qualquer ruína para a sombra da melancolia, pois o desabamento aparece agora como a vingança da natureza pela violação que o espírito lhe impingiu”.

Da mesma forma que a arquitetura promoveria equilíbrio único entre espírito e natureza, com a destruição do edifício temos escombros bastante distintos: “a ruína torna-se, não obstante, um fenômeno mais significativo e pleno de sentido que os fragmentos de outras obras de arte destruídas” (SIMMEL, 1998, p. 138). Enquanto nos fragmentos de outras obras só há sentido nos vestígios artísticos, Simmel vê na ruína a irrupção de uma nova totalidade:

a ruína da obra arquitetônica significa que naquelas partes destruídas e desaparecidas da obra de arte outras forças e formas – aquelas da natureza – cresceram e construíram uma nova totalidade, uma unidade de característica, a partir do que de arte ainda vive nela e do que de natureza já vive nela (SIMMEL, 1998, p. 138).

A intuição dessa nova totalidade presente na ruína pode contribuir para o entendimento da estratégia discursiva posta em funcionamento a partir do encontro entre ações do MST e relatos jornalísticos. Se construirmos uma analogia entre a oposição “obra humana/efeito da natureza”, de Simmel, e a relação “MST/Jornalismo”, poderemos perceber que, diante da estratégia política de ocupação do campo e das páginas dos jornais, promovida pelo “espírito” sem-terra, o “trabalho da natureza” de interpretação feito pelos jornais formará, também, uma nova totalidade, para além da paz anterior sustentada pelo imposto consenso de sentidos.

Graças à capacidade de preservação da potência dos dois aspectos em conflito, materializada na ruína, podemos perceber a unidade presente nos escombros discursivos. As estratégias contestadoras serão deslegitimadas pela imprensa, mas permanecem no texto como escombros. De volta a Simmel, estamos diante da sedução específica da ruína: a possibilidade da obra humana ser percebida como produto da natureza.

O que erigiu o edifício foi a vontade humana, o que lhe confere sua aparência atual é o poder da natureza, mecânico, rebaixador, corrosivo, demolidor. Mas ela, entretanto, não permite que a obra afunde na infirmitude da mera matéria – desde que se trate ainda de uma ruína e não de um monte de pedras (SIMMEL, 1998, p. 140).

Nesse amálgama se funda a analogia aqui proposta: o que na ruína seduz Simmel é a co-existência latente da oposição entre duas forças, formando, ainda assim, uma totalidade. Do mesmo modo que os vestígios do que outrora fora o edifício permanecem intrinsecamente trançados com os efeitos destrutivos da natureza, os traços dos novos sentidos propostos pela ação contestadora em sua *ocupação midiática* tatuam o gesto de restauração e controle dos sentidos anteriores promovido pela imprensa.

O sociólogo defende que, na ruína, a natureza faz da obra de arte a matéria para sua formação, tal qual anteriormente a arte havia se servido da matéria como sua substância. Na *ruína discursiva*, por sua vez, a estratégia do movimento é alvo e combustível da ação interpretativa jornalística que unifica os sentidos que deseja ver compartilhados como hegemônicos sem, no entanto, apagar completamente outras possibilidades interpretativas postas em jogo pela ação contestadora.

Assim, a análise de discurso que propomos deve levar em conta a nova totalidade representada pelas reportagens que comporão seu *corpus* como uma dupla evidência de rastros: de um lado, o ponto de vista não-autorizado dos agentes contestadores e, de outro, os direcionamentos de sentido dos veículos que irão ressignificar tal visão-outra. Como na ruína de Simmel, o retorno ao “estado natural” dos sentidos hegemônicos dos relatos jornalísticas não será ausente de cicatrizes: o marco memorável da ruína (da contestação e do trabalho da imprensa) pode ser interpretado como lampejo de uma linha de fuga, construtora, portanto, de outras formas de luta em outros cenários.

Se pudermos ampliar a analogia conceitual aqui proposta incluindo outro “uso estético” da ruína, poderíamos passar do plano arquitetônico (e concreto) para o plano (simbólico) da literatura. Com isso acrescenta-se, ao conceito de *ruína discursiva*, um aspecto que dê conta da mesma passagem promovida pelos atores sociais contestadores com suas ações políticas de visibilidade: do campo social para o texto jornalístico.

Enquanto no séc. XVIII o interesse pela ruína se devia, em boa parte, pelo resgate iluminista do vigor monumental da época clássica, a reformulação de sua simbologia ao longo da primeira metade do séc. XIX deve-se à decepção romântica com a modernidade e à correspondente nostalgia pela Idade Média. Já no quarto final daquele século, o saudosismo dá lugar cada vez mais ao niilismo decadentista. Ao propor a diferenciação fundamental entre a literatura romântica e a decadentista, Mucci recorre ao conceito de alegoria e ao uso da categoria ruína, propostos por Benjamin:

a mimeses romântica releva do símbolo uma idéia antiga que assumiu características especiais no romantismo, ao passo que o decadentismo rompe com a representação simbólica, inaugurando a estética da alegoria: o belo em ruínas ou a ruína do belo, prefaciando o cenário de cinzas da modernidade e da pós-modernidade (MUCCI, 1994, p. 61).

Percebe-se a oposição entre a valorização do símbolo, na literatura romântica, e o resgate (ressignificado) da alegoria barroca promovido pelos decadentistas. Enquanto o símbolo poderia ser definido como uma “imagem com sentido”, a alegoria possuiria a capacidade de “falar uma coisa para dizer outra”. O fundamento dessa “estética” proposta por Benjamin reside na capacidade da alegoria ultrapassar a simples técnica de ilustração por imagens e se tornar uma expressão como a escrita. É diante de tal interpretação que poderá atribuir à obra de arte o caráter de ruína.

A fisionomia alegórica da natureza-histórica, posta no palco pelo drama, só está verdadeiramente presente como ruína. Como ruína, a história se funde sensorialmente com o cenário. Sob esta forma, a história não constitui um processo de vida eterna, mas de inevitável declínio. Com isso, a alegoria revela-se como estando para além do belo. As alegorias são no reino dos pensamentos o que são as ruínas no reino das coisas (BENJAMIN, 1984, pp. 199-200).

Ao determinar como matéria mais nobre da criação barroca aquilo que jaz em ruínas, o fragmento significativo, o estilhaço, Benjamin percebe na arte uma concepção descontínua tanto da história como do poder da natureza. Se agruparmos essa contribuição específica a outro deslocamento, dessa vez implícito, poderemos acrescentar outro elemento ao conceito de *ruína discursiva* aqui esboçado. Ao resumir que as alegorias são no reino dos pensamentos o que são as ruínas no reino das coisas, Benjamin desloca a representação da “natureza ambígua” da ruína do mundo da arquitetura para o “das idéias”.

Benjamin permite-nos defender que a *ruína discursiva* se estabelece, na normalidade do “pensamento único” jornalista, com a força destruidora cuja potência seria da ordem de uma “alegoria”. Assim, a *ruína discursiva* permanece (e resiste) com a potência da alegoria que é: subvertendo conclusões, impedindo sínteses e pairando, como cicatriz, com seu emaranhado de vestígios e rastros, permitindo leituras outras que possibilitem o drible (e a recusa) das sentenças proferidas como verdades pela imprensa.

Gagnebin recorre ao pensamento de Assmann para perceber como a

potência memorável presente na “cicatriz deixada pelo holocausto” é da ordem do *trauma*, que seria

a ferida aberta na alma, ou no corpo, por acontecimentos violentos, recalcados ou não, mas que não conseguem ser elaborados simbolicamente, em particular sob a forma de palavra, pelo sujeito. [...] As feridas dos sobreviventes continuam abertas, não podem ser curadas nem por encantamentos nem por narrativas (GAGNEBIN, 2006, p. 110).

Ao aproximarmos o pensamento de Assmann aos efeitos da *ruína discursiva* temos que as feridas provocadas pela ação contestadora na carne do texto jornalístico não apenas impedem a cicatrização representada pela re-naturalização dos sentidos, como se convertem na alegoria evidente dos gestos hegemônicos dessa tentativa de cura. Evidenciar esse encontro violento e complexificar suas múltiplas interpretações é o papel da análise de discursos aqui proposta como uma ciência dos vestígios. Antes, porém, será necessário entender melhor de que forma funciona, politicamente, o espaço público que permitirá e será lugar da emergência da *ruína discursiva*: o campo jornalístico.

O discurso jornalístico como espaço público da ruína

A conceituação aqui proposta se justifica ao aproximarmos suas características à percepção dos modos de funcionamento do jornalismo no contemporâneo, em particular como instância ao mesmo tempo de esfera pública e de ator político. Do ponto de vista das transformações da política representativa nos dias de hoje e o papel da imprensa nesse processo, Manin (1995) defende a emergência do modelo de *democracia de público*, no qual as preferências políticas se desvinculam das características sociais, econômicas e culturais dos eleitores. Os partidos e seus programas deixam de serem norteadores do debate, na medida em que o jornalismo se torna o canal de comunicação entre o cidadão (convertido em público) e seus representantes.

Assim, o jornalismo se transforma no principal espaço de debate político, constatação que nos permite pensar os veículos como instituição política. A esse respeito, Martín-Barbero (1999) defende a idéia de que, além de representar o social e de construir a atualidade, o jornalismo teria função socializadora e formadora das culturas políticas, podendo sensibilizar a sociedade em relação às intervenções dos governantes ou se transformar em fator determinante de (in)governabilidade.

Se Hannah Arendt tem razão quando define a democracia como

união entre retórica, política e comunicação em um espaço público, e se, como argumenta Martin-Barbero, o público é o que pode ser visto e ouvido por todos, podemos pensar a mídia (e o jornalismo) como uma *ágora* contemporânea, por meio da qual os principais aspectos políticos da sociedade têm existência.

Para Thompson (1998), vivemos uma nova forma de mediação entre políticos e eleitores, fruto da transformação do espaço público na contemporaneidade. Tanto na *ágora* grega, quanto na Europa do antigo regime a copresença era condição fundamental para a política. O advento dos meios de comunicação inaugura a “publicidade mediada”, na qual acontecimentos são compartilhados por pessoas distantes fisicamente: é o que o autor chama de relação de “quase-interação” mediada.

A constatação da importância da visibilidade na sociedade contemporânea nos permite recuperar Foucault e sua proposta do modelo panóptico como síntese da sociedade disciplinar. De acordo com o filósofo francês, a submissão a um estado permanente de visibilidade garantiria o funcionamento de um poder baseado na possibilidade de muitos poderem ser vigiados por poucos. Thompson, no entanto, defende que a política de visibilidade hoje ultrapassa esse olhar orwelliano do poder. Assim, os meios de comunicação estabelecem uma relação em que

muitas pessoas podem reunir informações sobre poucos e, ao mesmo tempo, uns poucos podem aparecer diante de muitos; graças à mídia, aqueles que exercem o poder é que são submetidos agora a um certo tipo de visibilidade, mais do que aqueles sobre quem o poder é exercido (THOMPSON, 1998, p. 121).

De volta à relação entre MST e Jornalismo, temos que a ocupação midiática efetiva uma mudança de *status*: os sem-terra deixam de transitar à margem dos espaços vigiados pelo “panóptico” dos capatazes e inventam sua visibilidade política, arrancada à força nos campos e nas páginas dos jornais. Neste momento, entram em cena profissionais e veículos que, como atores políticos, selecionam, hierarquizam e modalizam acontecimentos a partir de critérios profissionais, ideológicos e de rotinas de produção de notícias.

Cook (1998) lembra que essa função não é, necessariamente, ligada à posição política pessoal do jornalista, mas a uma “ideologia profissional” ancorada na objetividade jornalística. Bucci, em sua defesa do papel político da imprensa, acredita que a mesma

tange a esfera do poder, critica e vigia os governantes e, nesse sentido, é uma atividade social marcadamente política – mas é política pela informação, pela opinião e não pelo partidarismo. O jornalista, portanto, sobretudo o jornalista político, é um político fazendo política por outros meios [...] e é político o pacto de confiança que esses estabelecem com o público (BUCCI, 2000, p. 104).

Vê-se a concretização, por outras palavras, da máxima da *Folha de São Paulo*, segundo a qual “o partido do jornalista é o partido do leitor”. A imprensa não se transforma em partido político (representando o pensamento de grupos específicos), mas em uma espécie de “poder” universal – instância suprainstitucional capaz de discernir e garantir os interesses de toda a sociedade numa retórica que no limite acaba propondo o gesto político de “superação” do político na sociedade contemporânea.

Com o objetivo de apontar efeitos sociais da imprensa, MCCombs e Shaw (2000) estabelecem sua hipótese de agendamento, a partir da qual os meios noticiosos seriam capazes, através do fluxo contínuo de informações, de influenciar o receptor, a médio e longo prazo, na escolha de pautas e debates diários. Produtora de fluxo incessante de relatos, a mídia não seria capaz de impor uma interpretação dos fatos, mas determinaria quais, em detrimento de outros, passariam a ser debatidos pela opinião pública.

Desta forma, a agenda midiática se converteria em uma agenda pessoal e social compartilhada. As pesquisas dos autores mostram também que é possível o gesto inverso: a opinião pública pautar alguns assuntos na mídia (gesto que será tentado constantemente pelo MST). Em que pesem suas limitações, tal hipótese contribui ao constatar que o gesto de interpretação efetivado pelo jornalismo hegemônico pode ser negado pelo público.

Mais importante do que averiguar os efeitos sociais do agendamento de discussões, no entanto, será entender que os jornalistas são pautados pelo próprio produto de seus veículos. Se for difícil verificar empiricamente a capacidade de agendamento do jornalismo na sociedade, um olhar rápido nos jornais revela como são semelhantes os destaques e a importância conferida a determinados acontecimentos.

Schudson (1993, p. 279) considera que o trunfo do jornalismo não estaria no seu poder de declarar as coisas como verdadeiras, mas, no “poder de fornecer as formas sob as quais as declarações aparecem”. O autor se refere às rotinas de produção do jornalista, à escolha das fontes, à definição das perguntas importantes, enfim: à capacidade jornalística de definir o que do acontecimento “merece” *status* de notícia.

Traquina recorre a Goffman para mostrar como esta construção implica em *enquadramentos* implícitos para o jornalista, em sua rotina, e para o público, em sua leitura: “aplicado no estudo das notícias, o enquadramento é um dispositivo interpretativo que estabelece os princípios de seleção e os códigos de ênfase na elaboração da notícia, na construção da estória” (TRAQUINA, 2000, p. 28).

MCCombs e Shaw, ao elaborarem uma revisão de sua hipótese, vinte e cinco anos depois, atribuem, como papel central da questão, os gestos de seleção e enquadramentos dos acontecimentos que serão objeto de reportagem:

centrais à agenda jornalística e ao seu conjunto diário de objetos – assuntos, personalidades, acontecimentos, etc. – são as perspectivas que os jornalistas, e conseqüentemente o público, adotam para pensar sobre cada objeto. Estas perspectivas dirigem a atenção para determinados atributos, desviando-as de outros. A expressão genérica para estas perspectivas jornalísticas é *valor noticioso* (MCCOMBS e SHAW, 2000, p. 131).

A atribuição de valores aos acontecimentos, no entanto, pode se realizar de diferentes maneiras. O jornalismo teria a capacidade de selecionar, a partir de perspectivas políticas, critérios interpretativos da matéria elaborada. MCCombs e Shaw defendem que, com isso, se produziria um consenso social menos em relação a opiniões e mais em termos do acatamento dos critérios de importância adotados pelo jornalismo, que farão com que o enquadramento passe despercebido como gesto político ativo daqueles que produzem “efeitos de verdade”.

A função determinante do agendamento promovido pelos media poderá ser a produção de consensos sociais sobre o que é a própria agenda, se será a tradicional agenda de assuntos ou outra coisa qualquer [...]. Ao fornecerem uma agenda que qualquer um, até determinado ponto, pode partilhar, os media estão a criar um sentido comunitário (MCCOMBS e SHAW, 2000, p. 133).

Há um constante processo de produção de imaginários e de interpretações que transforma o jornalismo em um campo atravessado por combates e relações de poder. A concepção de poder, desenvolvida por Foucault, permite entender as estratégias de autoridade constituintes do fazer jornalístico na medida em que se este se efetiva a partir do funcionamento de conjuntos de saberes que dele nascem, mas que igualmente o condicionam.

A “economia política” da verdade tem cinco características historicamente importantes: a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política [...]; é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação e informação [...]); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (FOUCAULT, 1998, p. 13).

É nesse lugar hegemônico de conflito que o jornalismo se constitui tanto como administrador do fluxo de “verdades” (espaço do saber) quanto como “guardião” das vozes, sentidos e memória política (espaço de poder). Esse efeito pode ser legitimado pelo acatamento das estratégias enunciativas constituídas no interior do discurso jornalístico e pela capacidade de agendamento inerente ao jornalismo. Mas é também neste espaço que os contradiscursos podem buscar sua visibilidade e a ruína destas artimanhas de poder. Será, justamente, na tentativa de abarcar essa complexidade que a análise do discurso noticioso aqui defendida deverá se constituir em uma verdadeira ciência de vestígios.

Conclusão: por uma ciência dos vestígios

O conceito de *ruína discursiva* evidencia, pela inversão do olhar de análise, não o sentido primeiro das reportagens ou das ações contestadoras, mas a preservação da potência das forças que atuam na destruição que representa. E, também um deslocamento do lugar de disputa de sentidos.

Nesse sentido, a leitura de Assmann por Gagnebin permite aprofundarmos as características contemporâneas dos *vestígios*. Há uma relação intrínseca entre escrita e desejo de memória. A palavra materializada por signos visuais é uma potente metáfora para a lembrança, entre outras razões, por inscrever-se no “fluxo narrativo que constitui nossas histórias, nossas memórias, nossa tradição e nossa identidade” (GAGNEBIN, 2006, p. 111). Assim a escrita foi considerada ao longo da história ocidental como o mais importante e duradouro “*rastro*” que o homem foi capaz de deixar.

Assmann, no entanto, lembra como a partir do séc. XVIII as certezas a respeito da “verdade” mantida nesse rastro foram gradativamente postas em xeque pelo racionalismo moderno. A conquista representada pela queda das crenças levou a uma ressignificação da idéia da escrita: de rastro memorável a algo aleatório.

Rastro que é fruto do acaso, da negligência, às vezes da violência; deixado por um animal que corre ou por um ladrão em fuga, ele denuncia uma presença ausente – sem, no entanto, prejudicar sua legibilidade. Como quem deixa rastros não o faz com intenção de transmissão de significação, o decifrar dos rastros também é marcado por esta não intencionalidade. O detetive, o arqueólogo e o psicanalista [...] devem decifrar não só o rastro na sua singularidade concreta, mas também tentar adivinhar o processo, muitas vezes violento, de sua produção involuntária. Rigorosamente falando, rastros não são criados – como são outros signos culturais e linguísticos -, mas sim deixados ou esquecidos (GAGNEBIN, 2006, p. 113).

Tal definição ampla da natureza contemporânea das possibilidades da escrita como rastro memorável se aplica como uma luva ao conceito de *ruína discursiva*. Em primeiro lugar, sua “presença-ausente” se assemelha à natureza temporal ambígua da ruína, apontada por Simmel como o entre-espaço no qual o “ainda-não” e o “não-mais” conviveriam.

Trata-se da mesma “presença na ausência”, portanto, mencionada por Huyssen (2006) ao evidenciar o paradoxo de que, no corpo mesmo da “utopia de revés” da ruína, o passado se encontra tão presente em seus resíduos (rastros?) quanto já não mais acessível porque decadente. Essa relação entre tempo e memória é abordada por Simmel (1998, p. 143) com ainda outro aspecto: a constatação de que a ruína “é o sítio da vida, do qual a vida se separou”. Para o sociólogo, os fragmentos emaranhados na “nova totalidade” da ruína preservam, num presente imediatamente visível, vestígios do passado, não como representações simbólicas, mas como elementos concretos que garantiriam às ruínas a mesma sedução que as antiguidades, já que “a ruína cria a forma presente de uma vida passada, não segundo seus conteúdos ou restos, mas segundo seu passado como tal” (SIMMEL, 1998, p. 144).

De modo análogo, a *ruína discursiva* permite a materialização de sentidos propostos a partir de rastros de ação nas entrelinhas do texto. Além disso, o segundo aspecto que a definição de rastro por Assmann nos permite relacionar ao nosso conceito é o fato da tentativa de visibilidade posta em funcionamento por quaisquer atores contestadores não precisar ter a intenção explícita de transformar-se em ruína ou de “comunicar” o gesto de silenciamento que se segue aos seus protestos. A tática aqui analisada, portanto, atinge sua potência máxima não por materializar no discurso jornalístico seu contradiscurso, mas por ser capaz de interromper a normalidade do fluxo informativo hegemônico cuja homogeneização de sentidos fora sempre produzida de modo invisível.

A esse respeito, vale lembrar o provérbio chinês citado por Pêcheux

para ilustrar uma das propostas centrais da análise do discurso: a de que, do ponto de vista político, todo *signo* é, desde sempre, um *rastro*.

“Quando lhe mostramos a lua, o imbecil olha o dedo”. Com efeito, por que não? Por que a análise de discurso não dirigiria seu olhar sobre os gestos de designação antes que sobre os designata, sobre os procedimentos de montagem e as construções antes que sobre as significações? (PÊCHEUX, 1997b, p. 54).

Reside nesse pressuposto básico a proposta de centrar o foco de análise nos momentos discursivos em que o equívoco da estabilidade de sentidos se revela: quando a língua falha é que fica mais evidente a ilusão de transparência de verdade que a sustentava. Assim, a cicatriz que é a *ruína discursiva* acrescenta ao texto jornalístico mais um fragmento de sentido: o da evidência de que sua irrupção em acontecimento discursivo será sempre tão violenta quanto o próprio ato de escrever. Foucault já alertava para

não transformar o discurso em um jogo de significações prévias; não imaginar que o mundo nos apresenta uma face legível que teríamos de decifrar apenas; ele não é cúmplice de nosso conhecimento; não há providência pré-discursiva que o disponha a nosso favor. Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo caso (FOUCAULT, 1996, p. 53).

Pêcheux lembra que todos os sentidos pacificados podem sempre ser submetidos a novas instabilidades. A “regularização discursiva [...], que tende assim a formar a lei da série do legível, é sempre suscetível de ruir sobre o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória” (PÊCHEUX, 1997b, p. 52). Se pudermos estender essa potência destrutiva aos “pilares” formadores do jornalismo (a orquestração de vozes, de sentidos, de silêncios e o poder de “legitimar” ações) ficará evidente como a *ruína discursiva* é um fenômeno capaz de se transformar numa linha de fuga dos atores contestadores.

O conceito proposto tenta reunir, de diferentes maneiras, algumas das características básicas dos pressupostos teóricos debatidos aqui. Em primeiro lugar, a *ruína discursiva* cristaliza um embate desigual entre duas forças, ainda assim, não eliminadas de todo. Esse espaço (público) de conflito, no entanto, estabelece uma ruptura com a existência anterior, constituindo-se, portanto, nas bases para um novo começo, não vinculado ao passado, capaz de fazer-se irromper em um sentido

outro. Ainda assim, e contraditoriamente, a *ruína discursiva* traz, em si, o gesto de converter-se em elemento memorável na medida em que presentifica o passado naquilo que ele já deixou de ser. E é a combinação desses gestos o que permitirá ao “pesquisador de vestígios” da análise de discurso aqui proposta a visualização dos rastros, involuntariamente deixados, pelo embate entre revides contestadores e a uniformização discursiva intentada pelos jornalistas.

De volta à proposta inicial de pensar a questão micro para ampliar o entendimento do impasse macro, a análise de discurso aqui defendida busca ir além dos conteúdos veiculados, relacionando-os com outras possibilidades comunicativas contemporâneas, como as redes sociais, os *microblogs*, os veículos independentes, contestadores ou alternativos, e os centros de mídia independentes. Na medida em que a *ruína discursiva* torna evidente a impossível objetividade do jornalismo hegemônico, tais veículos tidos como “engajados”, são capazes de transformar “relatos parciais” em pauta para “notícias-outras”. Tal é a nova complexidade que se apresenta como desafio (e ruína?) a ser superado pelo pesquisador do jornalismo e pelo analista de discurso.

| NOTAS

- 1 Por análise de discurso, não me refiro a uma corrente específica, mas, a todas as metodologias que focam seu olhar analítico nos efeitos de produção de sentido, já que o impasse aqui mencionado é comum não só às análises de discurso (francesa e inglesa), mas também à semiótica e a alguns estudos da narrativa.

| BIBLIOGRAFIA

- BENJAMIN, W. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BERGER, C. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- BUCCI, E. *Sobre Ética e Imprensa*. São Paulo: Cia das Letras. 2000.
- CALDART, R. *A pedagogia do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- COOK, T. *Government with the News: The news Media as a political institution*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.
- DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- GAGNEBIN, J. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- HUYSSSEN, A. *Nostalgia for ruins*, in Grey Room, 23, pgs. 6-21 (Spring, 2006). New York: Columbia University, 2006.
- MANIN, B. *As metamorfoses do governo representativo*, in Revista Brasileira de Ciências Sociais nº 29, October 1995.
- MARTIN-BARBERO, J. *Os exercícios do Ver*, São Paulo: Editora Senac, 1999.
- _____. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. *A função de agendamento dos media*, in MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. *A evolução da pesquisa sobre o agendamento*, in TRAQUINA, Nelson. *O poder do jornalismo*. Coimbra: Minerva, 2000.
- MENDONÇA, K. *A punição pela audiência: um estudo do Linha Direta*. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2002.
- _____. *Ruínas discursivas: a ocupação midiática sem-terra como uma máquina de guerra nômade*. Doctorate thesis presented at PPGCOM/UFF, 2007.
- MUCCI, L. *Ruínas e simulacro decadentista: uma leitura de Il Piacere de D'Annunzio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- NORA, P. *Entre a memória e a história: a problemática dos lugares*, in: Revista Projeto História, nº 10, São Paulo: PUC-SP, 1993.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 1997a.
- _____. *O papel da memória*, in ORLANDI, E. (org.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1997b.
- POLLAK, M. *Memória, esquecimento, silêncio*, in *Estudos Históricos*, vol.2 nº 3, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989.
- SIMMEL, G. *A ruína*, in SOUZA, J. e OELZE, B. (org). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Ed. Unb, 1998.
- SCHUDSON, M. *A política da forma narrativa: a emergência de convenções noticiosas na imprensa e na televisão*, in: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisbon: Veiga, 1993.
- THOMPSON, J. *Mídia e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TRAQUINA, N. *O poder do jornalismo*. Coimbra: Minerva, 2000.

Kleber Mendonça é professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (PPGCOM/UFF).
E-mail: klebersm@hotmail.com